

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/14910	22446/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - CPRAQ/02/26/DCP - Aquisição de serviços de vigilância e segurança para as portarias dos três edifícios principais da CMB e Centro de Atendimento a Cidadãos Estrangeiros (CACE).		
Unidade Administrativa		
DFGE - DCP - UGEA [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Ratificação da decisão de adjudicação - Aquisição de serviços de vigilância e segurança para as portarias dos três edifícios principais da CMB e Centro de Atendimento a Cidadãos Estrangeiros (CACE).

Submete#se à ratificação do Executivo Municipal a decisão de adjudicação e a aprovação da minuta do contrato, tomadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 28 de abril de 2026, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e da aquisição de bens e serviços, sempre que lhe caiba a autorização da respetiva despesa.

A autorização da despesa e das peças do procedimento em causa foi devidamente aprovada em reunião do Executivo Municipal realizada em 25 de março de 2026.

Todavia, considerando que a próxima reunião do Executivo apenas terá lugar no dia 08 de maio, tornou#se necessário que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a adjudicação do procedimento, bem como todas as restantes propostas constantes do ponto 5 da informação de adjudicação, fossem aprovadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, ficando tal decisão sujeita a posterior ratificação pelo Executivo Municipal.

A urgência da decisão prende#se com a necessidade de proceder à adjudicação com a maior brevidade possível, uma vez que os serviços objeto do procedimento respeitam à vigilância e segurança, encontrando#se, por conseguinte, sujeitos ao regime legal aplicável à transmissão de trabalhadores, nos termos da legislação laboral em vigor. Esta circunstância exige que a



tramitação do procedimento e a formalização do contrato ocorram em tempo útil, assegurando a continuidade do serviço e o cumprimento das obrigações legais inerentes à passagem de trabalhadores.

Acresce que o contrato deverá iniciar a sua execução no dia 01/06/2026, sendo, por isso, indispensável assegurar a célere conclusão do procedimento de adjudicação e a subsequente celebração do contrato, de modo a evitar qualquer interrupção na prestação do serviço e a salvaguardar o interesse público prosseguido.

Mais se refere que, após a adjudicação, será ainda necessário dar cumprimento a diversos procedimentos administrativos subsequentes, o que reforça a necessidade de uma adjudicação tão célere quanto possível.

Para efeitos de ratificação, remetem-se o relatório preliminar, o relatório final, a informação de adjudicação e a minuta do contrato.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

